

XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - **XIII ENANCIB 2012**

GT 10 - Informação e Memória

**LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL NA PARAÍBA-BRASIL**

Modalidade de apresentação: Comunicação Oral

Maria da Vitória Barbosa Lima - PPGCI/UFPB
toiavlima@hotmail.com

LEMBRANÇAS E ESQUECIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NA PARAÍBA-BRASIL

Introdução

As questões relativas ao tombamento e registro do patrimônio cultural brasileiro são relativamente novas. Elas surgiram no início do século XX, quando já se debatiam em amplo espaço mundial, aspectos concernentes à definição e à gestão do patrimônio, assim como a atuação dos diferentes atores envolvidos. Esses debates originaram as Cartas Patrimoniais que orienta a atuação de diferentes profissionais e instituições da área de conservação e preservação do patrimônio¹.

No Brasil, a Constituição Federal de 1934, concebeu, pela primeira vez na legislação brasileira, a função social da propriedade privada. E assim, estabeleceu que o direito de propriedade, embora garantido, não poderia ser exercido “contra o interesse social ou coletivo”. A propriedade da coisa (material) permaneceu com o sujeito proprietário, contudo o direito individual foi limitado pelo direito coletivo (valor cultural). Ressalta-se que a propriedade tombada não perdeu seu valor econômico, mas passou a ser uma propriedade da nação, ou seja, da sociedade, sob a tutela do Estado.

Assim, fundamentado no interesse cultural da sociedade, o Estado brasileiro criou restrições ao usufruto do direito de propriedade de determinado bem, visando à manutenção dos valores nele reconhecidos como dignos de preservação e, portanto, bens de valores coletivos.

A Constituição do Brasil de 1988 ampliou o conceito de patrimônio cultural e demarca os bens de natureza material e imaterial, individualmente ou em conjunto, que se referem à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos que compõem a nação brasileira. Estabeleceu também que sua preservação não é missão apenas da União, dos Estados e dos Municípios, mas também das comunidades e de cada cidadão.

Anos antes, em 1970, ocorreu em Brasília, o Primeiro Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais de Cultura, Prefeitos e Presidentes de instituições culturais, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de recomendar a criação, nos Estados e Municípios, de órgãos de defesa do patrimônio histórico e artístico de valor

¹ Confira o estudo de GRAMMONT, Anna Maria de. A construção de patrimônio histórico: restauração e cartas patrimoniais. **Pasos**, México, v.4, n. 3, p. 437-442, 2006.

regional. As criações desses órgãos se destinam a suprir à atuação da, então, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Ao documento produzido nesse encontro foi denominado *Compromisso de Brasília*.

Este artigo propõe-se a compreender como a informação e a memória são potencializadas para atender as funções para as quais as instituições patrimoniais foram criadas. Investiga o modo específico de construção do universo simbólico dos patrimônios culturais paraibano, através da prática de duas instituições selecionadas. Visa, ainda, identificar as formas de transmissão da informação patrimonial realizadas pelas instituições públicas, de caráter governamental, na construção do conhecimento e na preservação do patrimônio cultural.

Os Autores Envolvidos

O estudo sobre a memória do patrimônio cultural na Paraíba-Brasil tem como *corpus* investigativo duas instituições: o **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** (IPHAN), através de sua *Superintendência Estadual na Paraíba (IPHAN-PB)*; o **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba** (IPHAEP).

No Estado da Paraíba, a presença Institucional do IPHAN foi exercida até 1983 pela representação Regional de Pernambuco. A partir de então passou a contar com um Escritório Técnico vinculado a estrutura da 4ª Diretoria Regional do IPHAN-PE. Em 2004, a Paraíba se desvincula de Pernambuco, e passa a ter sua própria representação com a denominação de 20ª Superintendência Regional responsável pela operacionalização e a execução das ações na Paraíba (sede) com abrangência no Estado do Rio Grande do Norte. Em 2009, com outra reestruturação do IPHAN, passa a ser chamada Superintendência Estadual dessa instituição, na Paraíba, respondendo apenas por este Estado. (IPHAN, 2012)

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) foi criado pelo Decreto nº 5.255, de 31 de março de 1971. Regulamentado em setembro do mesmo ano pelo decreto nº 5.348, algumas semanas antes da realização do Segundo Encontro dos Governadores, ocorrido em Salvador, cuja função era ratificar o compromisso de Brasília.

O IPHAEP tem como função resgatar e preservar a memória da Paraíba, através do cadastramento e tombamento de bens móveis e imóveis que possuam reconhecido valor histórico, artístico, cultural, ecológico e paisagístico.

O decreto nº 7.651 de 28 de Julho de 1978 instituiu a autonomia administrativa e financeira do IPHAEP com dotações consignadas no orçamento do Estado. A Lei nº 5.357 de 16 de Janeiro de 1991 amplia as possibilidades do IPHAEP para captar recursos através de convênios, acordos, contratos, ajustes com entidades nacionais e estrangeiras.

Ao IPHAEP foi atribuído as seguintes competências:

I – planejar, coordenar, e supervisionar a execução e o controle das atividades relacionadas com a preservação e restauração dos bens históricos, artísticos e culturais;

II – revitalizar os bens móveis e imóveis de interesse histórico, artístico e cultural;

III – classificar, inventariar, cadastrar, tomba, restaurar, preservar a conservação de monumento, obras, documentos e objetos de valor histórico, artístico, arqueológico, folclórico e artesanal, bem como sítios e locais de interesse turístico, ecológico e paisagístico do Estado da Paraíba;

IV – catalogar sistematicamente e proteger museus e arquivos estaduais, municipais e particulares, cujos acervos sejam do interesse do estado quer possua vinculação a episódios da história paraibana, quer pelo seu valor arqueológico, antropológico, artístico, museológico, botânico, etnográfico, folclórico e artesanal;

V – promover entrosamento com entidades municipais, estaduais, regionais, federais, paraestatais, e internacionais, com vistas a conservação, restauração, preservação, cadastramento e tombamento de bens móveis e imóveis considerados de valor histórico, artístico e cultural (IPHAEP, Regimento Interno, 1992).

O órgão é vinculado a Secretaria da Educação e Cultura do Estado, não possui quadro próprio de pessoal, sendo os seus servidores oriundos de outros órgãos estaduais, colocados à disposição do Instituto.

Objetos de Lembranças e Esquecimentos

As primeiras iniciativas do poder público na proteção do patrimônio cultural na Paraíba ocorreram na década de 1930, pelo governo federal, através do SPHAN. O tombamento do patrimônio cultural nacional em terras paraibanas pode ser interpretado como distanciamento dos interesses da sociedade, especialmente das classes populares. Na análise da política do SPHAN/IPHAN e IPHAEP, atribui-se o caráter elitista do trabalho desenvolvido pelas instituições, restritivo na concepção de patrimônio, pois predomina o tombamento do patrimônio edificado.

Fonseca (2005) revela que a noção de *valor histórico* adotado pelo IPHAN em sua primeira fase era baseada pela historiografia da época e pelos imperativos teóricos e práticos da preservação. Observa-se que uma das bases em que a instituição se apoiou em sua noção de *valor histórico* estava fundamentada na historiografia tradicional, sedimentada nos

Institutos Históricos, no caso do Rio de Janeiro, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Veja-se as ideias de um dos expoentes do IHGB. Francisco Adolfo de Varnhagen² foi considerado o grande historiador do Brasil. Ele vai ditar como se deve escrever a história do Brasil. Varnhagen vê o Brasil *de fora para dentro*, por isso enaltece as características européias, principalmente, as portuguesas. Para ele o povo português foi responsável em trazer a civilização a estas terras, pois trouxe consigo o cristianismo elemento “salvador” do Brasil. Indígenas e africanos são elementos inábeis para concorrer para a melhoria da situação da humanidade (VARNHAGEN, 1857). Varnhagen inscreve na historiografia brasileira determinados ícones, figurações preconceituosas que foram incorporadas por outros historiadores.

Capistrano de Abreu (1907)³ será um dos primeiros autores a se contrapor a essa concepção de história proposta por Varnhagen. Aquele autor reinterpreta a história brasileira através de seu povo e sua constituição étnica. Vê o Brasil *de dentro para fora*, por isso restaura a contribuição da cultura indígena na construção da nação e considera alienígena e exótico os portugueses e africanos. Recupera-se a positividade da representatividade indígena na formação brasileira, mas não do africano.

Contudo será na década de 1930 que surgem três autores exponenciais e suas obras excepcionais: Gilberto Freyre, com *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e Mocambos* (1936), Caio Prado Júnior, *Evolução política do Brasil*, e Sérgio Buarque de Holanda, com *Raízes do Brasil* (1936), revelam as contribuições significativas dos grupos étnicos – portugueses, indígenas e africanos -, na produção da cultura material e imaterial brasileira.

Os autores acima referenciados não foram leituras obrigatórias dos agentes do IPHAN. Ficam evidenciadas que as leituras realizadas por esses profissionais foram aquelas que ressaltam a “superioridade” da cultura material, pois deram prioridade à proteção de bens

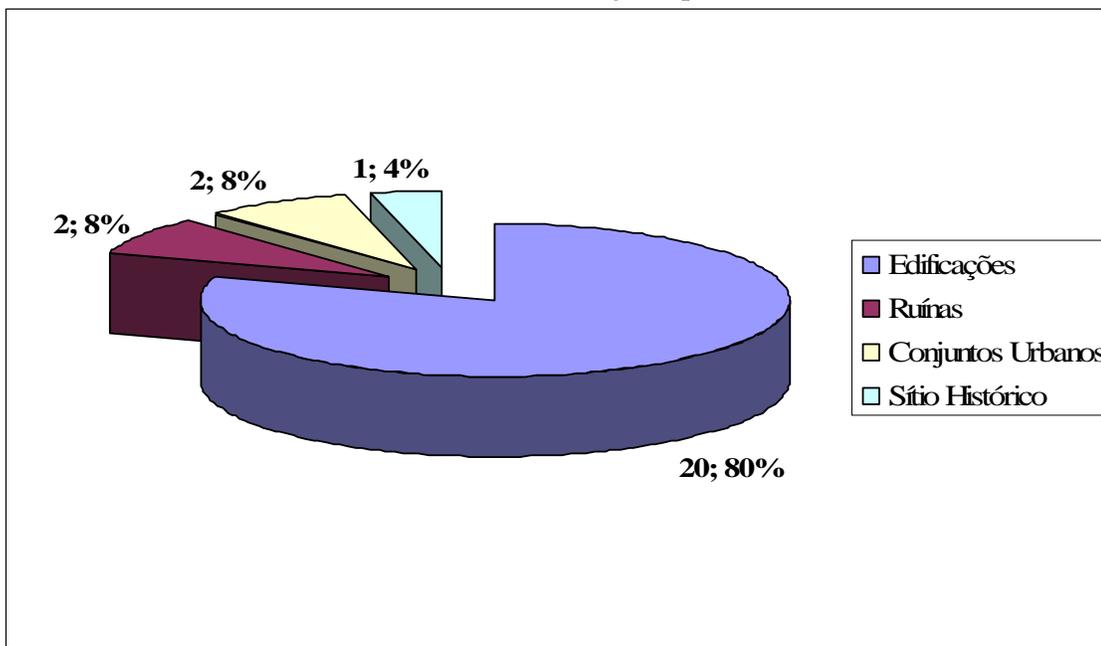
² Filho de Ludwig Wilhelm, alemão, fundador, e de d. Maria Flávia de Sá Magalhães, portuguesa. Nasceu em 17 de fevereiro de 1816, em S. João de Ipanema (Sorocaba/SP). Foi aos oito anos, para Portugal. Estudou no Colégio dos Nobres e no Colégio Militar da Luz. Seus interesses pela literatura e pela história fizeram-no se aproximar da Academia Real de Ciências de Lisboa. Em 1839, tornou-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Em 1840, viajou ao Brasil, tendo freqüentado reuniões do IHGB. No ano seguinte, por decreto Imperial, seria reconhecido súdito brasileiro. Desempenhou funções na diplomacia brasileira em Lisboa e em Madrid o que lhe permitiu aprofundar as pesquisas arquivísticas e tornar-se grande conhecedor da documentação sobre a história nacional. Feito visconde de Porto Seguro em 1874.

³ João Capistrano Honório de Abreu nasceu em Maranguape/CE, em 23 de outubro de 1853. Faleceu no Rio de Janeiro em 1927. Um dos grandes historiadores do Brasil produziu nos campos da etnografia e da linguística. Era um autodidata e sua obra é caracterizada por uma rigorosa investigação das fontes e por uma visão crítica dos fatos históricos.

móveis e sua vinculação a *atos memoráveis* da história do Brasil, portanto priorizando o valor estético e histórico de origem luso-brasileiro.

Desta forma, dos bens protegidos pelo IPHAN na Paraíba, no ano de 1938 a 2009, constam 20 edificações, 2 ruínas, 1 sítio histórico (hoje aparece a denominação de sítio arqueológico, porém registrado somente no Livro Histórico) e 2 conjuntos urbanos (IPHAN-PB, Relação de Bens..., 2012)⁴.

Gráfico 1: Percentual dos Bens Protegidos pelo IPHAN na Paraíba



Fonte: Dados da Pesquisa 2012.

Verifica-se no gráfico 1 que a concentração nos tombamentos recaiu nas edificações de caráter religioso (11 bens), seguido de construção civil (6), sendo estas de função residencial (3), comercial (1) e pública (2) e de caráter militar e policial (3).

As igrejas e as capelas tombadas datam suas criações dos Séculos XVI ao XIX. Apresentam características arquitetônicas que exploram aspectos formais de estilos: chão, barroco, barroco/rococó e rococó⁵. Entre as edificações residenciais destaca-se o sobrado nº

⁴ Os dados sobre a quantificação dos bens tomados pelo IPHAN na Paraíba estão desatualizados no portal da Instituição. Utiliza-se neste estudo a relação disponibilizada ao IPHAEP pelo Superintendente do IPHAN-PB, senhor Umbelino Peregrino de Albuquerque.

⁵ Para melhor compreensão dos estilos arquitetônicos das igrejas e capelas protegidas pelo IPHAN-PB veja CARVALHO, Juliano Loureiro de. **Pré-inventário dos engenhos da várzea do Rio Paraíba**. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, 2005. E do mesmo autor: **Uma concentração de tempos** – aprendendo a paisagem natural do Rio Paraíba Açucareiro. 2011. Disponível em: www.arquitetura.eesc.usp.br/sspa/arquivos/palestras/Juliano_Loureiro_Carvalho.pdf. Acesso em: 24 abr 2012.

122, que morou José Peregrino Xavier de Carvalho, revolucionário da Revolução de 1817, existente na rua que recebeu o seu nome.

Igrejas e capelas com características arquitetônicas da época da colonização portuguesa e residências de ilustres personagens predominam nos tombamentos realizados pelo IPHAN-PB e foram registrados, respectivamente, nos livros de Belas Artes e Histórico. Na Paraíba, as ações do IPHAEP também se assentam nesses princípios. Neste Estado, a existência de uma história oficial sedimentada no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano que enaltece os grandes personagens e seus grandes feitos fundamentou as pesquisas dos agentes do IPHAEP.

As ações do IPHAEP na proteção de bens culturais iniciam-se em 1974 - apesar de sua criação ter ocorrido em 1971, como já foi referido anteriormente, para atender as exigências do governo federal – com a criação do Conselho Consultivo da entidade⁶. De 1974 a 1978 o Instituto realizou estudos, alguns com pareceria da UFPB, para mapear os bens culturais do Estado, e como resultado tem-se os primeiros tombamentos ocorridos em 1979. É com as relações de bens protegidos entre os anos de 1979 a 2010 que se trabalha neste estudo.

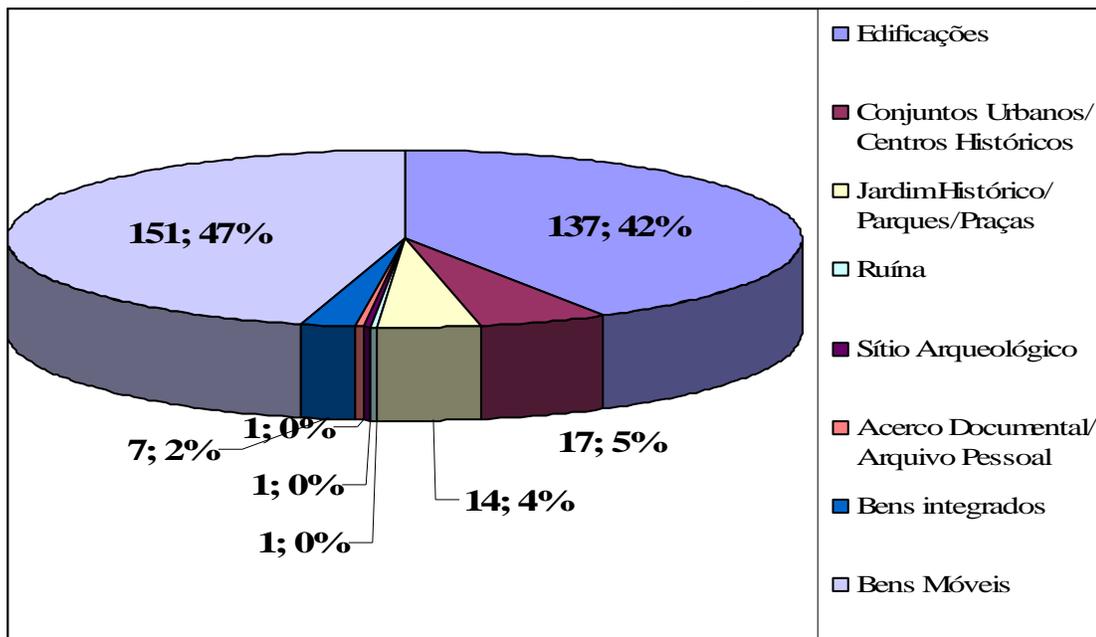
Percebe-se que as categorias⁷ de patrimônio protegido eram constituídas pelas edificações (137), Conjuntos Urbanos/Centros Históricos (17); Jardim Histórico/Parques/Praças (14); Ruína (1); Sítio Arqueológico (1); Acervo Documental/Arquivo Pessoal (1); Bens Integrados (7); Bens Móveis⁸ (151). (IPHAEP, Relação de Bens ..., 2012) Veja-se o gráfico 2.

⁶ O Conselho Consultivo do IPHAEP, em 1974, era formado por: Linduarte Noronha, presidente do Instituto e do Conselho, formado em direito, cineasta e administrador público por profissão; Vanildo Ribeiro de Lyra Brito, engenheiro civil; Mario Glauco di Lascio, arquiteto; José Trigueiro do Vale, padre; Rául Córdula Filho, artista plástico; Fernando Antonio da Silva Oliveira. (OLIVEIRA, 2002, p. 80)

⁷ A identificação das categorias de bens protegidos pelo IPHAEP foi definida pela autora deste artigo.

⁸ A maioria dos bens móveis quantificados pertence ao Museu da Rapadura (atualmente redenominado de Museu do Brejo). Os bens móveis e integrados das diversas igrejas e capelas tombados não constarem suas listagens nos processos de tombamento e não foi realizado inventários, a exemplo dos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário no Município de Sousa, e. e não constam nesta identificação.

Gráfico 2: Percentual dos Bens Protegidos pelo IPHAEP



Fonte: Dados da Pesquisa 2012.

As ações de tombamento do IPHAEP, em 38 dos 223 municípios do Estado, revelam o domínio patrimonial edificado, porém não estão limitadas aos edifícios individuais; elas compreendem os conjuntos edificados e o tecido urbano, sobretudo os centros históricos das cidades de Alagoa Grande, Areia e João Pessoa⁹, Bananeiras, Cajazeiras, Campina Grande, Mamanguape, Pombal, Princesa Isabel, Remígio, São João do Cariri, São João do Rio do Peixe e Sousa.

Para que a preservação dos bens tombados aconteça se faz necessário que a informação seja compartilhada entre todos os membros que compõe essa sociedade. Nesse direcionamento tomamos como referencial Azevedo Netto (2008). Para este autor as formas de preservação do patrimônio arqueológico (e que se devem direcionar para todo o patrimônio

⁹ Os centros históricos das cidades de Areia e João Pessoa foram tombados pelo IPHAN-PB, respectivamente, nos anos de 2008 e 2009. Porém, as ações do IPHAEP são anteriores e datam dos anos de 1979, cidade de Areia, e 1982, de João Pessoa, e em 2004 (delimitação da área tombada). A legislação do IPHAEP que dispõe sobre cadastramento e tombamento não permitem que o órgão tome um bem que sofreu este mesmo ato pelo IPHAN. (PARAÍBA, Decreto ..., 1978) Contudo, há algumas especificidades nestes casos. Primeiro elemento: o principal objetivo do IPHAEP era assegurar a proteção dos bens (as cidades) pelo ato jurídico do tombamento, pela urgência de protegê-los, não dando prioridade a produção do processo e de inventariar o patrimônio existente nesses centros urbanos. Segundo: os inventários dos bens existentes nas áreas tombadas ainda estão em construção, com parceria das duas instituições patrimoniais com objetivo de unificar e tornar eficiente e eficaz os procedimentos e os instrumentos de normatização, através da regulamentação do papel dos órgãos que agem sobre o patrimônio. Terceiro: no caso de João Pessoa a área delimitada pelo Decreto nº 9.484, de 10 de maio de 1982, compreende 321,86 hectares, e na redefinição da delimitação de sua área, em 2004, o perímetro tombado compreende 3.218.653,93m² e o entorno de 2.657.800,00 m². Acredita-se que área de domínio do IPHAN compreende o núcleo urbano formador, perímetro de atuação da Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.

cultural) podem ser refletidas em dois pontos, distintas e interligadas: a de base legal (decretos, normas, etc.) e as de base educacional/informacional. Esta é a que se destaca neste estudo. Para a efetiva execução de base educacional é necessária a transmissão da informação que pode ocorrer de três formas distintas, de acordo com o público-alvo a que se refere: a) aprofundamento das pesquisas, com sua publicação em livros e revistas, ou menos informais como palestras, seminários, entre outros; b) retorno destas à sociedade por intermédio dos veículos de comunicação de massa; c) conscientizar a comunidade de entorno da importância do patrimônio, para que crie um sentido de preservação como forma de criar e marcar as identidades coletivas.

Em face dessa menção, buscou-se identificar as formas de transmissão da informação patrimonial realizadas pelo IPHAN-PB e IPHAEP na construção do conhecimento e na preservação do patrimônio cultural. Seguindo a orientação de Azevedo Netto (2008), percebe-se que ambas, as instituições, falham em relação a publicização das suas pesquisas. O IPHAEP produziu a *Cartilha do Patrimônio*¹⁰, editada nos anos de 2002 e 2003, e aplicada nas escolas no ano de 2003. A ação significativa do IPHAN-PB na transmissão de informação consiste na criação do plano de participação da sociedade civil no programa de proteção da Fortaleza de Santa Catarina (restaurada pelo IPHAN na década de 1970), em Cabedelo, incluída a normatização do seu entorno. Este é um dos projetos de Educação Patrimonial mais bem sucedido no Estado, salvo algumas ressalvas¹¹.

IPHAN-PB e IPHAEP realizam ações de formação em diferentes segmentos da sociedade, com profissionais de patrimônio e comunidade escolar, realizando encontros e debates para análises e reflexões sobre questões como memória, identidade e patrimônio cultural. Contudo, essas atuações são débeis, motivadas, sobretudo, pela insuficiência de agentes destinados a essas ações. Portanto, elas necessitam ser ampliadas.

Esquecimentos e Lembranças

O que se questiona nessa ação é o tombamento de determinados tipos de bens em detrimento de outros, por exemplo, na proteção das edificações dos antigos Engenhos privilegia-se a casa grande, o engenho e a capela em detrimento das senzalas. Percebe-se

¹⁰ Mais sobre a Cartilha do Patrimônio confira TARGINO, Maria Ivonildes Mendonça. **Uma experiência de educação patrimonial na cidade de João Pessoa**: o processo de elaboração das “Cartilhas do Patrimônio” pelo IPHAEP (1980-2003). Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

¹¹ Não cabem, no momento, as análises neste estudo.

nesses tombamentos a prioridade na representatividade portuguesa, na arquitetura civil do açúcar/algodão e na religiosa, e não na diversidade étnica que faz parte da formação social brasileira.

A ausência da proteção de bens que revele a representatividade indígena e africana em terras paraibanas não se justifica pela pouca existência desses bens, mas pela escolha daquilo que se quer lembrar. Não se quer lembrar, por exemplo, que para o “civilizador” português e alguns de seus descendentes “intelectuais”, indígenas menos (pois sua posição foi revista ainda no século XIX) e, sobretudo, os africanos são “raças inferiores”. Pensaram na construção de uma nação que diluí-se a materialidade da presença indígena e do negro e da escravidão no Brasil de ambos os grupos étnicos, pois sua difusão revelaria a inferioridade de um povo, de uma nação ainda muito jovem. Revela-se aqui a crença, o pensamento daqueles que acreditavam que a abolição da escravidão punha fim ao problema do negro no Brasil, pois, segundo o entendimento de algumas pessoas da época, os negros que ainda existiam, depois do dia 13 de maio de 1888, extinguir-se-iam naturalmente, através da mestiçagem, e a população brasileira se tornaria branca. Mesmo assim, o problema étnico que a raça negra podia acarretar ao Brasil permaneceria, pois o negro deixaria os problemas inerentes a sua hereditariedade¹² e os indígenas, não entravam em questão, pois tinham se reduzido a números ínfimos nas aldeias da nação.

Questiona-se, também, a concentração nos tombamentos de bens materiais, sobretudo, as edificações deixando para um segundo plano os bens imateriais como os fazeres, os saberes, as celebrações populares que configuram a diversidade étnica e cultural na Paraíba. Sabe-se que Mário de Andrade em suas andanças pelo Brasil, na década de 1930, registrou diversas celebrações existentes na Paraíba de matrizes portuguesas, indígenas e africanas. (ANDRANDE, 1992)

Por sua vez Moura ([197?]) em sua pesquisa, realizada na década de 1960, revela a existência de 32 manifestações populares ocorridas em 169 municípios paraibanos. Foram elencadas, a saber: Argolinha, Banda Cabaçal, Briga de canários, Brigas de galo¹³, Bumba-meu-boi, Cabocolinhos, Camaleão, Cambinda, Canindé, Caramuru, Ciranda, Coco, Congo, Dança de São Gonçalo, Desafios, Espontão, Incelênças, João Redondo, Lapinha, Malhação de Judas, Nau Catarineta (ou Barca), Pau de sebo, Papangu, Pastoril, Reisado, Rela bucho, Serra Velho, Samba de Matuto, Traieira, Tribo de Índios, Urso de Carnaval, Vaquejada.

¹² Confira essas idéias em RODRIGUES, [Raimundo] Nina. **Os Africanos no Brasil**. 5 e. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

¹³ Atualmente, o governo do Estado coíbe a existência de brigas de canários e de galos por entender que elas provocam danos físicos e poderão levar ao óbito os animais.

Lima (2010) revela que as festas negras mais significativas que conseguiu vestígios na documentação, no século XIX, foram o samba, o batuque, o entrudo, o carnaval; e as patrocinadas pelas irmandades negras: Reinado do Rosário/Congo; Maracatus e Cabinda. Há referências a pessoas livres negras, no final do século XIX e início do XX, que dançavam, em grupos de cabocolinhos, assim como a cavalhada, e outras manifestações populares. Os cabocolinhos, dança de origem indígena e de caráter religioso, segundo Vidal ([1950?]), sofreram influência do negro porque “[...] sendo aborígine, [a dança e a música], adotou, no entanto, costumes outros como esse, por exemplo, de procurar aquele recanto sagrado, onde existe sempre um santo preto, categorizado na classe de padroeiro, como é São Benedito”. De acordo com o mesmo autor, os grupos de cabocolinhos dançavam em frente às igrejas do Rosário, na Cidade da Parahyba¹⁴.

O pensamento evolucionista, sedimentado no cientificismo do século XIX, desses grupos comprometidos com a construção de uma civilização nos trópicos, aos moldes europeus, também deixam sinais claros da aproximação entre festas e os traços que definiam a nação que desejavam construir e, por conseguinte, em escala menor, definiam as cidades e suas gentes. Por isso, a Festa Negra era considerada um obstáculo para a europeização dos costumes e a civilização, considerados como o grau máximo das sociedades humanas. Porém, fica-se com as palavras de Andrade (1982), que informa que a “civilização” é criadora de preconceitos. Ela criou os conceitos de conforto e de higiene, como se eles não existissem antes, e o (pre)conceito de cidade moderna e progressista, no século XIX. Assim, os batuques e os sambas eram tidos como costumes bárbaros, promotores de bebedeiras, crimes e desordens. E essas idéias foram mantidas no século XX.

Em 2000, o IPHAN edita o Decreto 3.551, de 4 de agosto do referido ano, instituindo o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial* do patrimônio cultural brasileiro. As categorias são as seguintes: Registro dos Saberes, que contempla conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; Registro das Celebrações, constituído por rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Registro das Formas de Expressão, que contempla manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; Registro dos

¹⁴ Existiam na Capital os grupos de Tambaú e Jaguaribe. Por volta de 1910, os grupos foram desaparecendo, mas, quando da presença de Mário de Andrade na Paraíba, Ademar Vidal conseguiu que os índios cabocolinhos da Ilha do Bispo dançassem para aquele folclorista. Para maiores esclarecimentos, consulte a obra de VIDAL, Ademar. **Práticas e Costumes afro-brasileiros**, [1950?], texto inédito existente na tese de ROSA, Maria Nilza B. **Usos, costumes e encantamentos: a cultura popular** na obra de Ademar Vidal. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. v. 2.

Lugares, definidos como mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (IPHAN, Decreto ..., 2000)

Esse decreto possibilitou que o IPHAN-PB iniciasse estudos sistemáticos sobre o patrimônio imaterial na Paraíba. Esta instituição elaborou e executou o Projeto Caminho dos Engenhos, entre os anos de 2006 a 2009, no qual dá ênfase a Paisagem Cultural do Rio Paraíba Açucareiro. Estes estudos revelaram a existência de festas religiosas e profanas que demonstram as tradições e as permanências de manifestações de matrizes africanas, indígenas e portuguesas na cultura paraibana.

Entre as festas religiosas estão: os(as) padroeiros(as) dos municípios e das igrejas matrizes, destacando a festa de Nossa Senhora da Guia, em Lucena; Nossa Senhora do Socorro e São Gonçalo, em Santa Rita. Destaca-se, ainda, a procissão marítima de São Pedro, a romaria a Nossa Senhora da Penha e a festa de Iemanjá, em João Pessoa. As celebrações profanas constam: a Cambinda, em Lucena; a Nau Catarineta, em Cabedelo; o Cavalo Marinho, em Cabedelo e Pilar; as Cirandas, em Santa Rita, São Miguel do Taipú e Pilar; o Coco de Roda, em Santa Rita e o Bumba-meu-boi em São Miguel do Taipú. (IPHAN-PB, 2009)

Para Carvalho (2011) os valores já identificados pelo IPHAN-PB são bastante relevantes para o tombamento, a nível estadual, da paisagem cultural do Rio Paraíba Açucareiro. Contudo, a nível nacional, o estudo necessita de aprofundamento de pesquisas antropológicas para se aprofundar no universo do patrimônio do Rio Paraíba, sobretudo para ampliar os saberes, as formas de expressões e celebrações identificadas e quais deles efetivamente constituem referência para as comunidades em que se inserem; e, ainda, quais manifestações apresentam características de *excepcionalidade* para validar seu registro (enquanto bem imaterial); assim, como considerar o Vale do Rio Paraíba como Paisagem cultural.

O IPHAEP por sua vez tem dado os primeiros passos no sentido de pensar o patrimônio cultural imaterial, ainda que com certa timidez. Em setembro de 2009, o Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais (CONPEC-IPHAEP) aprovou por unanimidade a proteção do Sítio Açaís, localizado no município de Alhandra. A especificidade deste tombamento está no fato de ser a área de religiosidade afro-indígena brasileira: a Jurema Sagrada. (IPHAEP-CONPEC, Deliberação ..., 2009)

O Sítio foi habitado por antigos benzedores e juremeiros como Maria do Acais (a primeira e a segunda), Zezinho do Acais, Mestre Flósculo, cujos ensinamentos foram passados de geração a geração. O tombamento representou a preservação da memória da

Jurema Sagrada existentes naquelas terras, pois protege os pés de jurema, árvore fundamental para a execução do ritual.

Lembrança, Memória e Patrimônio

Apresentou-se até o momento objetos de lembranças, memórias e esquecimento das instituições patrimoniais no Estado da Paraíba. Se se presta a atenção, é para lembrar e esquecer a mesma coisa, ou seja, a “vida passada”, a “vida já vivida”. Ao pensar nessa questão do lembrar e do esquecer, encontra-se a semelhança dos fenômenos de funcionamento de ambos, pois, para cada estratégia do lembrar, existe uma analogia com o esquecer, como se ambos os mecanismos fossem os lados de uma mesma moeda.

As questões do esquecimento/rememoração são tratadas por vários autores, que têm o esquecimento como uma disfunção ou apagamento definitivo dos rastros e contra o qual se exercita a memória. O pressuposto que define as afecções são suas permanências, e o conhecimento é o reconhecimento de algo que não desapareceu. Nessa perspectiva, memória e esquecimento se imbricam.

Para Ricœur (2007, p. 451), “[...] o esquecimento reveste-se de uma significação positiva, na medida em que o tendo-sido prevalece sobre o não mais ser na significação vinculada à ideia do passado. O tendo-sido faz do esquecimento o recurso imemorial oferecido ao trabalho da lembrança”.

Halbwachs (2006, p. 29-73) entende que toda memória tem início na lembrança: “em primeiro lugar, a memória parece ser um fato, ou um aspecto individual, algo relativamente íntimo próprio da pessoa”. Esse autor trata da memória, nesse primeiro momento, como uma “lembrança”, ou seja, o primeiro testemunho que nós temos e a que podemos recorrer será sempre o nosso. Ele mostra que existem duas memórias, uma individual, pessoal, e outra social, que seria a coletiva.

A memória é, também, histórica para Halbwachs, pois é impossível trabalhá-la sem um contexto social. Assim, as recordações, as lembranças, que são as memórias individuais, sem um contexto social, são só lembranças particulares. Mas se essas lembranças são trabalhadas com uma metodologia científica, elas passam a ser uma memória coletiva/social/histórica, informações registradas e possíveis de serem lidas, interpretadas e reinterpretadas, portanto, podem tornar-se *conhecimento*.

Ricoeur (2007) define muito bem toda essa questão sobre o esquecimento e a impressão que fica na lembrança. Algo que vai além da manipulação, a marca deixada na

lembrança nunca é precisa: “vemos, assim, como o problema do esquecimento é colocado desde o início, e mesmo duplamente colocado, como apagamento dos rastros e como falta de ajustamento da imagem presente à impressão deixada como que por um anel na cera”. (RICOEUR, 2007, p. 27)

A memória é o antídoto do esquecimento revela Ricoeur (2007). E é a base de todo o conhecimento. A memória é

[...] a correia de transmissão do patrimônio cultural entre as várias gerações, portanto, no tempo. A sua dupla dimensão como capacidade de reter, recuperar, armazenar e evocar informações, conhecimentos e saberes disponíveis, seja internamente, no cérebro (memória humana), seja externamente, em dispositivos artificiais (memória artificial), aponta que a Memória Social, a das experiências vividas por determinadas sociedades, não pode prescindir de ambas, como capacidade de evocação do tempo e no tempo. (SILVEIRA, 2008, p.187)

Patrimônio cultural material e imaterial não pode prescindir da memória. Memória-Patrimônio-Identidade devem andar juntos. Por isso a preservação do patrimônio cultural paraibano e brasileiro não pode ser reduzida a valores que representam somente às expressões culturais de matriz européia. Em um país que se identifica como uma nação multirracial, não pode ser definida como tal se sua prática étnica é seletiva.

Revela Fonseca (2005) que os valores atribuídos aos bens culturais em função de determinadas relações entre os atores sociais, e que para isso deve ser levado em consideração: o processo de produção, de reprodução, de apropriação e de reelaboração destes valores enquanto processo de produção simbólica e enquanto prática social. Contudo, não existe efetivamente, na prática, uma política cultural que proporcione a grande parte da sociedade brasileira (indígenas e afrobrasileiros) o sentimento de pertença, ou seja, reconhecer-se no bem protegido e com isso ser capaz de reapropriar simbólica, econômica e funcionalmente os bens protegidos.

Choay (2006) expõe que para entender o monumento¹⁵ (dá ênfase ao patrimônio edificado), aquele que interpela a memória é necessário perceber que

[...] a natureza afectiva do destino é essencial: não se trata de fazer verificar, de fornecer uma informação neutra, mas de excitar, pela emoção, uma memória viva. Nesse primeiro sentido chamar-se-à de monumento a qualquer artefato edificado por uma comunidade *de*

¹⁵ O termo monumento, também, pode ser aplicado ao patrimônio cultural em sua forma mais ampla. Para Le Goff (1994) a expressão monumento, e os valores que traz consigo, deve ser agregada ao documento (a informação em suporte). Confirma LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____ . **História e Memória**. Campinas/SP: UNICAMP, 1994.

indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento prende-se então, precisamente, com o seu modo de acção sobre a memória. Não só ele a trabalha, como também a mobiliza pela mediação da afectividade, de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente. Mas esse passado, invocado e convocado, não é um passado qualquer: foi localizado e seleccionado para fins vitais, na medida em que pode, directamente, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2006. Grifo da autora citada)

Em síntese, a proteção da integridade física dos bens patrimoniais não é suficiente para sustentar a política de preservação, é necessário que haja condições de acesso a significações e valores que justifiquem sua preservação pela sociedade.

Considerações Finais: lembrar e memorar

Referiu-se, anteriormente, que a Constituição Federal de 1988 ampliou o conceito de patrimônio cultural e com isso o conceito de bens de natureza material e imaterial. Reconhece, também, a pluralidade de etnias e culturas na formação da sociedade brasileira. Entretanto, percebe-se na Paraíba que o conjunto das políticas patrimoniais implementadas pelas duas instituições estudadas, ainda estão voltadas para um grupo restrito.

Veja-se que a justificativa do tombamento é o interesse público. E os valores atribuídos ao patrimônio são fatos memoráveis da história nacional, ou por fatos excepcionais de valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico, etc., que expressam a identidade da nação, do Estado ou do município. No entanto, os bens protegidos na Paraíba revelam que os valores transmitidos à sociedade e que identificam a “paraibanidade” (identidade paraibana) são aqueles trazidos pelos colonizadores portugueses e reproduzidos pela elite econômica e intelectual do Estado. As edificações construídas pelos senhores de engenho escravocratas e os barões do algodão (muitos também senhores de engenho e escravocratas) e as igrejas católicas dominam os bens protegidos pelo IPHAN e IPHAEP na Paraíba.

Lembrar e memorar se faz necessário. Salvar significa proteger, conservar e preservar, assegurar a permanência da memória de um povo e sua cultura. O patrimônio cultural é fundamental para a memória e a identidade de um povo. Contudo, vale ressaltar que um povo só valoriza o que conhece. Faz-se necessário que os órgãos que atuam na área de proteção do patrimônio tenham um maior compromisso em atuar de forma integrada e

articulada com a sociedade, na salvaguarda dos bens materiais e imateriais, e no fomento de ações culturais, para o fortalecimento das identidades no Estado da Paraíba.

Contudo deve-se ficar atento que as identidades coletivas levam à formação de *comunidades*, pois a identidade não é única, mas plural. Ela “[...] também muda e é múltipla. O que permanece é seu sentido de alteridade e frequentemente de oposição conflituosa”. (REIS, 2001, p. 340) A perspicácia está em se trabalhar a alteridade.

Por isso, propõe-se que a sociedade deve ter acesso aos suportes de informações sem discriminação de classe social, religião, etnia, etc. Este artigo é um ponto inicial, não obstante tem-se pretensões mais amplas. Elaborou-se um projeto¹⁶ que objetiva executar o levantamento acerca dos métodos e técnicas de preservação do patrimônio cultural existente nas terras paraibana. Levantar as instituições patrimoniais, governamentais e não governamentais, públicas ou privadas, e a documentação que geraram na ação de preservação do patrimônio. Pretende-se com o levantamento verificar a situação da informação existente sobre o patrimônio registrado, quanto a sua integridade e grau de conservação. E, sobretudo, por meio da confrontação da documentação pesquisada, o estado do patrimônio em questão, do reconhecimento e valorização deste patrimônio pela comunidade envolvente, para produzir uma estrutura de representação e uso da informação, que atenda aos anseios da comunidade.

REMEMBRANCES AND FORGETFULNESS IN THE CONSTRUCTION OF THE CULTURAL PATRIMONY IN PARAÍBA-BRAZIL

Abstract:

Issues related to historical record preservation and register of the Brazilian cultural patrimony are relatively new. They arose in the beginning of the XX century, when aspects concerning the patrimony definition and management as well as the practice of different actors involved had already been debated worldwide. This article intends to understand how information and memory are potentialized for meeting the functions for which the patrimony institutions were created. It surveys the construction specific way of the symbolic universe of Paraíba cultural patrimony, by means of practice of two selected institutions: IPHAN-PB and IPHAEP. It also aims at identifying the transmission ways of the patrimony information accomplished by public institutions, of governmental nature, in the construction of knowledge and preservation of cultural patrimony. The remembrance, memory and forgetfulness objects of the patrimony institutions, in the state of Paraíba, are analyzed according to Ricœur's and Halbwachs' theoretical perspective. It is realized that while thinking about the remembrance and forgetfulness matter, the similarity of the functioning phenomena of both is found, because for each strategy pertaining to remembrance, there is an analogy with forgetfulness, as if both mechanisms were the two sides of the same coin.

¹⁶ Projeto de Pós-doutorado em Ciência da Informação sob a tutela do professor doutor Carlos Xavier de Azevedo Netto (PPGCI/UFPB).

Keywords: Patrimony Memory. Material and Immaterial Patrimony. IPHAN-PB. IPHAEP. Paraíba-Brazil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário. **Danças dramáticas no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: INL, 1982.

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. 1907. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/2465843/capitulos-sw-historia-colonial-capistrano-de-abreu> Acesso em: 14 fev. 2011.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexão através do registro e transferência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 37, p. 7-17, set./dez. 2008.

CARVALHO, Claudia S. R. de.; et alli. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

CARVALHO, Juliano Loureiro de. **Pré-inventário dos engenhos da várzea do Rio Paraíba**. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, 2005.

_____. **Uma concentração de tempos** – aprendendo a paisagem natural do Rio Paraíba Açucareiro. 2011. Disponível em: www.arquitetura.eesc.usp.br/sspa/arquivos/palestras/Juliano_Loureiro_Carvalho.pdf. Aceso em: 24 abr 2012.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2006.

FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção no Brasil**. São Paulo: EDUC, 2004.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

_____. Para além da pedra e cal. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 39 e. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Sobrados e Mocambos**. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2003.

GRAMMONT, Anna Maria de. A construção de patrimônio histórico: restauração e cartas patrimoniais. **Pasos**, México, v.4, n. 3, p. 437-442, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

IPHAEP. Regimento Interno. 1992.

_____. Ofício nº 040/CONPES/IPHAEP. João Pessoa, 19 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.yorubana.com.br/textos/acais.asp> Acesso em: 21 jun. 2012.

IPHAEP-CONPEC. Deliberação nº 0036/2009. Disponível em: <http://www.yorubana.com.br/textos/acais.asp> Acesso em: 21 jun. 2012.

IPHAN. Superintendência do IPHAN na Paraíba. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12761&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional> Acesso em 22 jun. 2012

IPHAN-PB. **Projeto Caminho dos Engenhos (1ª fase)**. Relatório Técnico. João Pessoa, 2006-2007.

_____. **Paisagem Cultural: Rio Paraíba Açucareiro**. Projeto Caminho dos Engenhos. João Pessoa, 2009, (2ª fase), v. 11.

_____. Relação de bens tombados na Paraíba. 2012.

_____. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12761&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional> Acesso em 22 jun. 2012.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade Reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MOURA, Francisco Hugo Lima e. Mapa Folclórico da Paraíba. **Paraíba Cultural II**. João Pessoa, p. 23-24, [197?].

OLIVEIRA, Almir Felix de. **Memória, História e Patrimônio Histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

REIS, João José. Batuques negros: repressão e permissão na Bahia oitocentista. In: JANCSÓ, István e KANTOR, Íris (orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: HUCITEC, 2001. p. 339 – 358.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. Conceito de patrimônio cultural no Brasil do Conde de Galvéias à Constituição de 1988. In: MARTINS, Clerton (org.). **Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006.

RODRIGUES, [Raimundo] Nina. **Os Africanos no Brasil**. 5 e. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

ROSA, Maria Nilza B. **Usos, costumes e encantamentos: a cultura popular na obra de Ademar Vidal**. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006. v. 2.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Movimentos Sociais, Memória e História. **Universidade e Sociedade**. Brasília, ANDES-SN, p. 185-193, 2008.

TARGINO, Maria Ivonildes Mendonça. **Uma experiência de educação patrimonial na cidade de João Pessoa: o processo de elaboração das “Cartilhas do Patrimônio” pelo IPHAEP (1980-2003)**. Dissertação (Mestrado em História) - – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brazil**. v. 1 (1854); v. 2 (1857). Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/node/454> Acesso em: 14 fev. 2011.

VIDAL, Ademar. **Práticas e Costumes afro-brasileiros**. [1950?]. Inédito.